



ASSÉDIO MORAL E GÊNERO NO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE NO MODELO TEÓRICO DE NANCY FRASER

Maria José Goulart Vieira¹

Pamela Pereira Prestupa²

RESUMO

Este artigo visa analisar o assédio moral no sistema neoliberal, baseado no modelo teórico de Nancy Fraser. Para tanto, apresenta-se a contribuição da autora sobre o tema na contemporaneidade, fazendo um diagnóstico da sociedade atual e das demandas por justiça. O estudo das questões de reconhecimento e redistribuição é feito por meio de um diagnóstico da atual sociedade: neoliberal e globalizada. Neste cenário, busca-se demonstrar a ligação do sistema neoliberal e as questões de gênero, que tem vinculação a outras coletividades, as quais constituem grupos que sofrem de relações cotidianas perpetradas por violências, como assédio moral, exploração, estereotipação e rebaixamento.

Palavras-chave: Assédio Moral. Redistribuição. Reconhecimento. Neoliberalismo. Gênero.

“No capitalismo, a violência de gênero não é uma ruptura da ordem regular das coisas, e sim uma condição sistêmica. Profundamente ancorada na ordem social, ela não pode ser entendida nem reparada

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Caxias do Sul (UERGS). Advogada. Membro do Grupo de Pesquisa Aprimoramento Humano e Justiça

² Mestranda em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Advogada. Especialista em Direito Público. Membro do Núcleo de Pesquisa em Teorias da Justiça.

isoladamente em relação ao complexo mais amplo da violência capitalista: a violência biopolítica das leis que negam a liberdade reprodutiva; a violência econômica do mercado, do banco, do senhorio e do agiota; a violência estatal da polícia, dos tribunais e dos agentes prisionais; a violência transnacional de agentes de fronteira, regimes de imigração e exércitos imperiais; a violência simbólica da cultura predominante, que coloniza nossa mente, distorce nosso corpo e silencia nossa voz; a “lenta” violência ambiental que corrói nossas comunidades e nossos habitats”.

(Nancy Fraser)

1 INTRODUÇÃO

A crise sistêmica turbulenta que atormenta a sociedade atualmente parece não ter mais o cunho meramente econômico, extrapolando a esfera da distribuição, desigualdade e desemprego.

Nesse sentido, as questões vão além do econômico e abrangem aspectos pessoais, privados e da organização da reprodução social, perpassando-os. Um dos grandes questionamentos é o porquê, hodiernamente, tão poucas pessoas têm uma vida estável e um sentimento de bem-estar, enquanto a maioria trabalha em empregos precários, além de ter que lidar com as tensões do ambiente familiar, como a criação de filhos e cuidados com a casa, em uma segunda jornada de trabalho. Igualmente problemático, há que se falar no tratamento da natureza como uma fonte inesgotável de matéria-prima, o que gera consequências para a vivência do ser humano, em especial os grupos menos favorecidos. Por fim, mas não menos importante, deve-se discutir o enfraquecimento generalizado da democracia.

Nancy Fraser, teórica estadunidense da teoria crítica contemporânea, busca entender os atuais confrontos e lutas por reconhecimento e redistribuição, por meio de um diagnóstico do capitalismo neoliberal. Além disso, procura demonstrar que, da mesma forma com a qual a crise identificada possui diversos níveis, há uma respectiva gramática de resposta, dentro da qual os conflitos sociais operam. Neste contexto, é central abordar o feminismo e o trabalho, movimento que passa por um momento de adequação à estrutura globalizada do capitalismo

contemporâneo.

Fraser defende que a luta pela emancipação das mulheres em nível global é urgente e representa uma luta incontestável para uma sociedade mais justa, livre e igualitária. No entanto, os ideais feministas pioneiros foram deturpados ao longo do tempo, servindo hoje a diferentes propósitos, nos quais o sexismo fornece a justificativa para novas formas de desigualdade e exploração.

O foco do problema parece se encontrar em como o movimento de libertação das mulheres tenha sido articulado com os esforços neoliberais para construir uma sociedade de mercado livre. Isso explicaria como as ideias feministas, antes parte de uma visão de mundo radical, sejam cada vez mais expressas em termos individualistas, com um movimento que antes priorizava a solidariedade social e agora celebra as mulheres empresárias, vangloriando a meritocracia. Enquanto isso, a grande maioria delas convive diuturnamente com duplas jornadas de trabalho, condições desiguais no trabalho remunerado, e respingos diretos de uma estrutura social enraizada no patriarcado. Dessa forma, a perspectiva neoliberal, que antes valorizava o "cuidado" e a interdependência, agora incentiva o avanço individual e a meritocracia.

Diante do contexto exposto, o presente artigo foi desenvolvido em duas partes. Na primeira, busca-se a contextualização do tema mediante o diagnóstico feito pela autora acerca das questões relacionadas ao gênero e trabalho no sistema neoliberal. Já na segunda parte, procede-se à caracterização do assédio moral na visão de Fraser dentro desse sistema, apontando as ações necessárias para efetivamente provocar mudanças estruturais na sociedade contemporânea.

2 O DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS DE GÊNERO NO SISTEMA NEOLIBERAL

Para a compreensão e caracterização dos atuais conflitos sociais, é fundamental a análise de um sistema invisível - apesar de essencial -, característico do capitalismo neoliberal: o sistema de reprodução social. Diante disso, importa compreender, inicialmente, as injustiças que assolam a atualidade. Estas injustiças encontram-se situadas em duas esferas: redistribuição e reconhecimento, as quais se entrelaçam e reforçam-se uma à outra, culminando em problemas da terceira esfera, a representação.

As injustiças culturais estão vinculadas à gramática do reconhecimento, o que exige

como remédio mudanças culturais e simbólicas. Na esfera cultural, as injustiças de não reconhecimento envolvem disputas sobre a interpretação de identidade e diferenças. Nessa esfera, a injustiça é simbólica e estrutural, resultante do desrespeito e da marginalização de estereótipos públicos. Isso se relaciona com a existência de padrões sociais de representação, interpretação e comunicação os quais beneficiam apenas um grupo majoritário. Dessa forma, os grupos que demandam por justiça cultural necessitam de remédios de reconhecimento, como é o caso de grupos menosprezados culturalmente em razão da sexualidade (FRASER, 2022, p. 33).

Por sua vez, a injustiça econômica é caracterizada pelo grupo de demandas ligadas à esfera da redistribuição, estando enraizada na estrutura político-econômica da sociedade. São alguns exemplos: a exploração, a marginalização econômica e a privação de recursos. Tradicionalmente, pode-se enquadrar o grupo classe como uma demanda por redistribuição (FRASER, 2022, p. 30).

Superando os diagnósticos clássicos dentro dos autores das teorias da justiça, Fraser busca superar a tradicional distinção entre as demandas por redistribuição e reconhecimento. Nesse sentido, a autora entende que os indivíduos podem sofrer de ambas as injustiças. Isto é, injustiças na esfera cultural e econômica, inclusive existindo demandas nas quais os efeitos de uma injustiça repercutem em outra. É o caso, por exemplo, de pessoas que têm prejuízos na esfera material por causa de determinado enquadramento a um grupo social desvalorizado. O oposto também é possível: pessoas com condições socioeconômicas em estado de vulnerabilidade que sofrem de injustiças de reconhecimento, tendo uma violação de seu status social (FRASER, 2022, p. 36).

Indo mais além, existem também grupos que estão submetidos aos dois tipos de injustiça, tendo raízes diretas vinculadas à redistribuição e ao reconhecimento. São as chamadas coletividades híbridas ou bivalentes, as quais reúnem características de classe explorada e de sexualidade menosprezada: “se diferenciam enquanto coletividades em virtude de ambas as estruturas: a estrutura político-econômica e a estrutura cultural-valorativa da sociedade” (FRASER, 2022, p. 39), de modo que estes precisam ao mesmo tempo defender e negar suas particularidades, conformando em um dilema quanto aos remédios para as demandas redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2008a, p. 74)³.

³ Para maiores detalhes sobre o dilema redistribuição-reconhecimento, verificar o texto da autora: “*From redistribution to recognition Dilemmas of justice in a “postsocialist” age*”.

O gênero⁴ constitui uma coletividade bivalente, que tem raízes em injustiças tanto de ordem econômica quanto cultural. A esfera econômica é representada pela divisão do trabalho entre trabalho produtivo remunerado (o trabalho assalariado) e trabalho reprodutivo-doméstico não-remunerado, o chamado de trabalho de reprodução social ou trabalho de cuidado. Ainda, dentro da própria esfera do trabalho remunerado, há uma hierarquização dos cargos e vagas os quais são ocupados por homens e mulheres, gerando diferenças salariais relevantes.

O caráter bivalente do gênero, contudo, origina um dilema. Na medida em que as mulheres sofrem ao menos dois tipos analiticamente distintos de injustiça, elas requerem necessariamente ao menos dois tipos analiticamente distintos de remédios: redistribuição e reconhecimento. Todavia, esses dois remédios seguem direções opostas e não é fácil persegui-los de modo simultâneo. Enquanto a lógica da redistribuição é acabar com o gênero enquanto tal, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade de gênero. Eis a versão feminista do dilema redistribuição-reconhecimento: como as feministas podem lutar simultaneamente pela abolição da diferenciação de gênero e pela valorização da especificidade de gênero? (FRASER, 2022, p. 41)

Por outro lado, o gênero também se enquadra em uma demanda cultural-valorativa, inserindo-se em uma perspectiva das demandas por reconhecimento. Nestes termos, uma característica central incidente sobre a injustiça de gênero é o androcentrismo, que tem por consequência o sexismo cultural. Essa desvalorização da ordem do reconhecimento gera várias consequências para as mulheres, em todas as áreas de suas vidas, e também na estrutura da sociedade: assédio sexual e moral, exploração, violência doméstica, representações estereotipadas, marginalização, exclusão, etc. (FRASER, 2022, p. 40).

Isso explica o porquê de problemas como a subvalorização salarial feminina, mesmo sendo uma questão econômica, clamarem pela mobilização do paradigma do reconhecimento. Disso, então, decorre o dilema: de um lado há total centralidade das lutas por reconhecimento do ponto de vista cultural e de outro a necessidade de assegurar a igualdade diante do desmonte do modelo de bem estar social. Neste contexto, a igualdade de gênero é uma demanda por redistribuição e reconhecimento.

Assim, a busca somente por reconhecimento por meio de políticas afirmativas resulta

⁴ O conceito de gênero aqui refere-se à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1986, p. 1053).

em um reforço de identidades culturais que retificam e simplificam, acomodando-as em contextos multiculturais. Isso acaba por reafirmar as diferenças cada vez mais, não alcançando a igualdade material e tampouco a simbólica. Essa falta de remediação das injustiças é devido ao fato de que esses eixos de opressão se interseccionam, tornando impossível sua solução a partir de uma única esfera (FRASER, 2003, p. 25-26).

Nestes termos, as lutas de gênero na atualidade devem fazer oposição ao movimento liberal que busca sacrificar o bem estar da maioria pela liberdade desenfreada da minoria, enquanto os primeiros sofrem de todas as formas de exploração e assédio possíveis no dia a dia. O novo feminismo não se limita exclusivamente à questão das mulheres, mas pretende uma integração pelas lutas de gênero, raça e classe, entendendo que todas as injustiças estão interligadas e reforçam-se mutuamente (FRASER, 2019, p. 42).

Neste cenário, ao contrário do que a grande mídia continua propagando, o feminismo liberal não só não oferece solução alguma para o problema da desigualdade, como também é parte integrante do problema. Isso ocorre ao disseminar uma visão igualitária pautada exclusivamente no mercado:

Embora condene a discriminação e defenda a liberdade de escolha, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é a igualdade, mas a meritocracia (FRASER, 2019, p. 37).

À vista disso, nota-se que as demandas liberais mesclam o sexismo e as questões de gênero, deixando de lado a relação com as demandas de classe e raça. Essas medidas liberais atingem exclusivamente às mulheres brancas de classe média, as quais já possuem condições materiais e sociais para integrar o grupo seletivo que se beneficia do instituto da meritocracia (FRASER, 2019, p. 77).

A estrutura econômica e a ordem cultural estão mutuamente imbricadas e institucionalmente diferenciadas, não havendo uma única instituição que regule todas as formas de interação social. Nesse sentido, a má distribuição e o reconhecimento errôneo são mutuamente conversíveis, ainda que indiretamente, pois uma injustiça causada em uma das esferas tem efeito na outra e vice-versa (MARTINS, 2021, p. 80). Desse modo, torna-se impossível proceder à separação fática das duas esferas no combate a injustiças.

O capitalismo é uma ordem social institucionalizada que propicia a emergência de

lutas sociais e questões tratadas como econômicas, mas que, na verdade, são de cunho político e definidas pelo mercado. Estas questões afetam diretamente a democracia, pois excluem a participação da grande maioria de pessoas afetadas por essas decisões (FRASER, 2020, p. 14).

Ao analisar os movimentos pela igualdade de gênero, por exemplo, nota-se uma trajetória dos movimentos feministas dentro de uma linha histórica, identificando mudanças na compreensão do "o quê" da justiça ao longo de várias décadas, compondo a história de três fases do feminismo da Segunda Onda. Na primeira fase, as feministas se juntaram a outras forças democratizantes da Nova Esquerda para radicalizar um imaginário social-democrata, que há muito se limitava à redistribuição de classes. Na segunda fase, com as energias utópicas em declínio, as feministas gravitaram em direção a um imaginário "pós-socialista", o qual evidenciava as demandas em prol do reconhecimento da diferença. Atualmente, em uma terceira fase emergente, o movimento atua em contextos internacionais. Isto é, criando novas formas de representação política, com consciência de gênero que extrapola os limites territoriais, buscando integrar redistribuição e reconhecimento com representação (FRASER, 2009, p. 15).

O que está por trás dessa mudança é uma transformação radical no caráter do capitalismo. Nesse sentido, a forma de capitalismo administrado pelo Estado, presente no pós-guerra, foi substituída por uma nova forma "desorganizada", globalizante e neoliberal. Na era anterior, o movimento feminista criticou uma visão política restrita, a qual estava focada apenas nas desigualdades de classes e não reconhecia injustiças "não econômicas", como a violência doméstica, o assédio moral no trabalho, a agressão sexual e a opressão reprodutiva.

Além disso, outra contribuição de Nancy Fraser trata da crítica ao padrão familiar. Nesse padrão, uma família ideal se constitui pelo homem, como chefe da família, e a mulher, como dona de casa, molde fundamental para o capitalismo organizado pelo Estado. Afinal, essa forma de capitalismo depende fortemente do trabalho feminino assalariado, especialmente do trabalho mal remunerado no serviço e na indústria. Isto é, esse tipo de trabalho é realizado não apenas por jovens mulheres solteiras, como por mulheres casadas e com filhos; não apenas por mulheres racializadas, mas por mulheres de praticamente todas as nacionalidades e etnias. Conforme as mulheres conquistam cada vez mais espaço nos mercados de trabalho em todo o mundo, a ideia do capitalismo organizado em torno do modelo de família tradicional vem sendo substituída por uma nova forma - aparentemente

sancionada pelo feminismo -, caracterizada pela presença de dois assalariados na família (FRASER, 2013).

Desse modo, percebe-se que o neoliberalismo transforma a narrativa do empoderamento feminino, invocando a crítica feminista ao padrão familiar, para justificar a exploração. Em síntese, atrelou-se o sonho da emancipação das mulheres ao motor da acumulação de capital (FRASER, 2013).

Finalmente, o feminismo contribuiu com a crítica ao paternalismo do estado de bem-estar. Inegavelmente progressista na era do capitalismo organizado de Estado, essa crítica convergiu com a guerra do neoliberalismo contra o assistencialismo feito por via das ONGs. Fraser (2013) cita o exemplo do "microcrédito", no qual programas de pequenos empréstimos bancários são oferecidos a mulheres pobres no sul global. Apresentado como uma alternativa poderosa e de baixo para cima à burocracia dos projetos do Estado, o microcrédito é apresentado como o antídoto feminista para a pobreza e a sujeição das mulheres.

No entanto, perdeu-se uma coincidência perturbadora: o microcrédito floresceu exatamente quando os Estados abandonaram os esforços macroestruturais para combater a pobreza, algo que os empréstimos em pequena escala não podem substituir. Também neste caso, uma ideia feminista foi recuperada pelo neoliberalismo. Uma perspectiva originalmente destinada a democratizar o poder do Estado a fim de empoderar os cidadãos agora é usada para legitimar a mercantilização e a contenção do Estado (FRASER, 2019, p. 61).

O segredo é imaginar um mundo social em que vidas de cidadãos e cidadãs combinem trabalho assalariado, cuidado, ativismo comunitário, participação política e envolvimento na vida associativa da sociedade civil – tendo também tempo livre para a diversão. Esse mundo dificilmente se realizará no futuro imediato, mas é o único mundo pós-industrial imaginável que promete uma equidade de gênero verdadeira (FRASER, 2022, p. 89).

O combate à desigualdade, aos preconceitos, ao assédio moral e sexual, à exploração - e assim por diante -, depende de políticas as quais combinam ambos: redistribuição e reconhecimento.

3 O ASSÉDIO MORAL NO SISTEMA CAPITALISTA NEOLIBERAL

A fase identificada como “pós-socialismo”, traz para o primeiro plano a gramática de lutas pelo reconhecimento, enquanto deixa de lado as demandas por redistribuição. Contudo, o problema socioeconômico continua a existir: com a ascensão do neoliberalismo, nota-se a queda de salários, o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, a devastação ambiental, o corte de verbas públicas para programas sociais, dentre outros.

Sob essa perspectiva, o fenômeno da globalização se mostra como um paradigma neoliberal que produz uma desregulamentação social, na qual o capitalismo reacionário surge juntamente ao populismo conservador que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo. Desse modo, as demandas políticas da maioria se sobrepõem às minorias, as quais permanecem deslocadas e sem voz. Por conseguinte, suas vidas são regulamentadas pelos interesses de uma pequena parcela dominante (FRASER, 2019, p. 48).

Neste contexto, as transformações decorrentes da divisão internacional do trabalho intensificaram a exploração da força de trabalho. Em decorrência dessas mudanças, houve uma série de impactos na vida do trabalhador, como baixos salários, diminuição da proteção trabalhista, intensificação do trabalho e jornadas extensas e exaustivas. Além disso, surgiram novas formas de organização das atividades produtivas, aumento da informalidade e flexibilização da legislação trabalhista, o que levou à precarização do trabalho e do modo de vida do trabalhador. Como resultado, tem-se observado um aumento dos acidentes de trabalho, das mortes, das lesões e dos transtornos mentais relacionados à exploração indiscriminada da força de trabalho (ANDRADE; ASSIS, 2018, p. 02).

Enquanto o capital busca incessantemente a obtenção de lucros, as pessoas da classe trabalhadora lutam pelo oposto: uma vida significativa e digna de seres humanos. Essa luta é travada em meio a jornadas de trabalho desgastantes, remunerações insuficientes e a falta de acesso a infraestrutura básica de saúde e lazer. Isso ocorre porque uma das principais características das sociedades capitalistas é a acumulação de riqueza nas mãos de minorias privilegiadas que se beneficiam da exploração da força de trabalho da maioria precarizada. (FRASER, 2019, p. 109).

Agressões, insultos, intimidações, assédio moral e sexual e o racismo são violências decorrentes do trabalho no capitalismo neoliberal. Por conseguinte, atingem os mais variados setores e categorias profissionais, gerando desigualdades, discriminações e estigmatização. Assim sendo, “o assédio moral no trabalho está relacionado a abusos hierárquicos, à

dominação e à intencionalidade” (ANDRADE, ASSIS, 2018, p. 02).

Assim conceitua Hirigoyen (2002, p. 17):

Assédio moral no trabalho é definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou à integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

De igual forma, entender as relações de poder é fator indispensável para a compreensão do assédio moral:

As formações sociais dos grupos, suas tensões e seus conflitos são vividos e experienciados por todos, em qualquer posição social. As segregações, as ameaças às posições sociais, os vínculos afetivos, as forças coercitivas, as hierarquias e os status são importantes para se entender como as relações de poder podem fazer parte das configurações entre as pessoas (ANDRADE; ASSIS, 2018, p. 06).

O atual sistema que rege as relações de trabalho é, então, a própria base de exploração de grupos, da desigualdade de poder e, conseqüentemente, do assédio moral generalizado. Com isso, gera e reforça diferenças de status entre diferentes sexos, gêneros, raças e nacionalidades.

Ademais, o imperialismo e o racismo são partes integrantes do capitalismo, na medida em que este se fundou na exploração comercial de povos africanos e expropriação de povos indígenas. Isso permitiu o aumento dos lucros do capital por meio do confisco de recursos e capacidade humanas e naturais, pelos quais não pagou (FRASER, 2019, p. 79).

De igual forma, o capital se aproveita do trabalho não remunerado das mulheres, o qual é tido como invisível pela sociedade como um todo. Não obstante, o trabalho não remunerado da mulher é uma - se não a maior - das bases que permitem a sustentação do capital: “Seu movimento fundamental (do sistema capitalista) foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo” (FRASER, 2019, p. 52).

Por se tratar de um trabalho não remunerado, via de regra, além de desvalorizá-lo, o capitalismo também o terceiriza em dois eixos: gênero e classe. Dessa forma, o trabalho reprodutivo é terceirizado e vinculado ao eixo do gênero, pois visualiza tal responsabilidade

como do sexo feminino. Por outro lado, falando sobre a terceirização para a esfera da classe, deve-se mencionar, também, as mulheres de classe alta as quais terceirizam seu trabalho de reprodução social às empregadas contratadas para isso, que são remuneradas com salários baixos diante da desvalorização do trabalho de cuidado (FRASER, 2019, p. 52-53).

Desde o seu surgimento, o capitalismo criou uma divisão na sociedade, escolhendo determinados grupos para terem seu trabalho explorado e desvalorizado em benefício de uma minoria dominante. Hodiernamente, essa opressão é visível em uma forma de assédio moral mascarado, no qual o trabalho na área de serviços - mal remunerado e precário - substitui o trabalho industrial sindicalizado. Por conseguinte, os salários caem abaixo do mínimo necessário para se levar uma vida decente, configurando-se em verdadeiros subempregos. Ademais, ressalta-se o caso das mulheres que, via de regra, precisam enfrentar duplas jornadas de trabalho (FRASER, 2019, p. 79).

Acerca dessas duplas jornadas, a maioria de mulheres são obrigadas a trabalhar o “segundo turno”, mesmo quando seu tempo e sua energia já foram apropriados pelo capital, tornando-as ainda mais vulneráveis ao abuso e ao assédio. Além disso, muito do trabalho assalariado feminino é precário e mal remunerado, sem oferecer acesso a direitos trabalhistas ou benefícios sociais, sendo suficiente para pagar por autonomia, autorrealização ou oportunidade de adquirir e exercitar habilidades (FRASER, 2019, p. 113).

No contexto atual, é importante questionar quem faz parte da classe trabalhadora global. Essa classe é composta principalmente por mulheres, em sua maioria pobres e pertencentes às classes trabalhadoras, além de mulheres racializadas, imigrantes, *queer*, trans e com deficiência. Nesse sentido, o trabalho que essas mulheres realizam hoje é caracterizado pela exploração, dominação e opressão. Elas trabalham em jornadas exaustivas e em condições precárias e insalubres, recebendo salários baixos os quais muitas vezes não são suficientes para cobrir as despesas básicas de subsistência.

Aqui, a raiz é a vulnerabilidade econômica, profissional, política e racial das mulheres: nossa dependência do contracheque, da referência, da disposição do empregador ou do supervisor em não fazer perguntas sobre nossa situação migratória. O que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe (FRASER, 2019, p. 59).

Sendo assim, as situações de assédio moral e outras formas de abuso no ambiente de

trabalho estão intrinsecamente ligadas à opressão de gênero e raça. Isso considerando que nas sociedades capitalistas, a violência de gênero tem raízes profundas em uma ordem social a qual entrelaça a subordinação das mulheres à organização do trabalho com base no gênero e à dinâmica de acumulação de capital (FRASER, 2019, p. 64).

Neste mesmo viés, é preciso analisar o assédio moral enquanto abuso no ambiente de trabalho, como uma forma de violência de gênero a ser erradicada, uma vez que é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista. Assim, o funcionamento do sistema atual exige essa mistura de coerção brutal e consentimento construído, as quais utiliza como forma de dominação e controle, conseguindo sustentar-se com perfeição (FRASER, 2019, p. 65).

Em conclusão, na atualidade, há uma crise em proporções monumentais. Há padrões de vida em queda livre e desastre ecológico iminente, guerras desenfreadas e desapropriação intensificada, migrações em massa enfrentadas com arame farpado, racismo e xenofobia encorajados e revogação de direitos - tanto sociais como políticos (FRASER, 2019, p. 41).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea vive um momento marcado pela grande desigualdade social, na qual a população periférica, em sua maioria, vive sem acesso a condições mínimas de sobrevivência digna: água, moradia, saneamento básico, saúde, educação e igualdade de oportunidades. Além destes direitos básicos, a própria condição humana é degradada, em decorrência da exploração e expropriação pelo sistema capitalista.

Diante desse contexto atual, é provável que as gerações futuras sofram ainda mais com a continuidade do capitalismo que explora e exclui cada vez mais pessoas, incluindo as mulheres, as quais enfrentam a exploração do mercado e a responsabilidade não reconhecida da reprodução social. Como resultado, há uma crescente falta de acesso aos direitos básicos e uma ampliação da população excluída de recursos, respeito e participação política.

Ademais, o assédio moral, vinculado ao gênero, assola as mais diversas áreas e grupos sociais, interseccionando-se com outras demandas e grupos, reforçando a opressão e marginalização. Vinculado ao gênero, há o assédio configurado de diversas formas: no rebaixamento de tudo o que é tido como feminino; na diferença salarial decorrente

exclusivamente do sexo; da separação entre trabalhos valorizados e bem remunerados de trabalhos chamados de “colarinho-rosa”, que são desvalorizados, mal pagos e vistos como cargos femininos; no uso dos privilégios masculinos para tirada de proveito de mulheres em situação de subordinação - no trabalho, na universidade, em casa; na condenação da mulher a ocupar uma posição de responsável por todo o trabalho de cuidado com a casa, os filhos, os pais, os idosos; e assim por diante.

Neste cenário, as demandas pela justiça de gênero englobam práticas e ações interseccionadas, as quais conectam-se com outras demandas: classe, raça e meio ambiente. Essa é uma demanda por duas formas de justiça: a justiça redistributiva, a qual busca equilibrar a distribuição de recursos na sociedade, e a justiça por reconhecimento, que busca valorizar a diversidade cultural e identitária das pessoas. Para atender a essas demandas, é necessário que as políticas públicas e as lutas sociais estejam em sintonia com a estrutura globalizada do capitalismo contemporâneo, além disso haver uma dimensão democratizante na política transformadora.

As lutas atuais devem englobar diversos movimentos sociais, aliando reivindicações por saúde, alimentação digna, acesso à serviços públicos, condições salubres de trabalho, renda adequada e tempo de qualidade. De igual modo, as reivindicações representam um conjunto de questões, as quais demandam uma reorganização da relação entre a produção e a reprodução. Isso corresponde a uma luta por arranjos sociais que concedam prioridade à vida e aos vínculos sociais acima do lucro.

Nesse sentido, para superar as injustiças, é necessário tomar decisões econômicas e implementar políticas de redistribuição, em conjunto com políticas de reconhecimento, que atualmente negam o mesmo valor moral a certos grupos de indivíduos. A paridade de participação é um princípio normativo fundamental para as relações sociais, tanto na esfera pública quanto privada, para alcançar um ideal de fim das desigualdades sociais e uma democracia plena.

Isso permite uma oportunidade igualitária para que todos tenham voz no debate público e privado, possibilitando a implementação de legislações e políticas públicas as quais atendam aos interesses de todos, a fim de combater e erradicar todas as formas de abuso, incluindo o assédio moral e a violência no ambiente de trabalho, seja na esfera pública ou privada

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. **Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão da literatura**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012917>.

FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Trad. Antoni Martínez Riu. Herder Editorial, S. L.: Barcelona, 2008.

_____. **Social Justice in the age of identity politics**. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or recognition? a political-philosophical exchange. **London**: Verso, 2003.

_____. **How feminism became capitalism's handmaiden – and how to reclaim it**. The Guardian, 14.10.2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>.

_____. **Justiça Anormal**. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo: 2013. V. 108, P. 739-768. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/68001>

_____; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **From redistribution to recognition Dilemmas of justice in a “postsocialist” age**. In: OLSON, K. (Ed.). Adding insult to injury. Nancy Fraser debates her critics. London: New York: Verso, 2008a. p. 9-41.

_____. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2009, n. 77 Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000200001>. Acesso em: 7 ago. 2021.

_____. How feminism became capitalism's handmaiden – and how to reclaim it. **The Guardian**, 14.10.2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>

MARTINS, Pedro Paulo Scremin. **Revisitando a teoria de justiça em Nancy Fraser: velhas e novas questões**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2021.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analysis**. The American historical review, vol. 91. Nova York: American Historical Association, 1896, p. 1053 – 1075.

MORAL HARASSMENT AND GENDER IN NEOLIBERALISM: ANALYSIS ON NANCY FRASER'S THEORETICAL MODEL

ABSTRACT

This article aims to analyze issues related to moral harassment in the neoliberal system, based on the theoretical model of Nancy Fraser. Therefore, the author's contribution on the subject in contemporary times is presented, making a diagnosis of current society and the demands for justice. The study of issues of recognition and redistribution is done through a diagnosis of the current society: neoliberal and globalized. In this scenario, we seek to demonstrate the connection between the neoliberal system and gender issues, which are linked to other collectivities, which constitute groups that suffer from everyday relationships perpetrated by violence, such as moral harassment, exploitation, stereotyping and demotion.

Keywords: Harassment. Redistribution. Recognition. Neoliberalism. Gender.